



BOLETIM 305 - X
18 Maio de 2017



Congresso Estadual do Rio de Janeiro inicia para ampliar a luta da CSB contra as reformas



Dirigentes começaram ciclo de debates e discussões sobre o cenário político e econômico do Brasil

Aconteceu na noite desta terça-feira (16), na capital fluminense, a abertura do Congresso Estadual da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) da Seccional Rio de Janeiro. Sob a bandeira dos ideais progressistas na luta pelos direitos dos trabalhadores, pelo desenvolvimento econômico e social, o evento reúne entidades e delegados sindicais de todo o estado, que discutirão até a próxima sexta-feira (19), entre outros assuntos, as reformas trabalhista e da Previdência, além da consolidação da diretoria regional.

Na abertura solene do evento, autoridades e dirigentes falaram sobre a atual conjuntura brasileira e destacaram a importância da formação política e da mobilização das entidades sindicais contra o retrocesso dos direitos dos trabalhadores. O ex-ministro Ciro Gomes participou da abertura falando sobre a política de desenvolvimento nacional.

O presidente da CSB, Antonio Neto, conclamou os dirigentes a se mobilizarem contra projetos que retiram conquistas históricas dos brasileiros.

“Dia 28 de abril fizemos uma linda paralisação, mas parece que não foi suficiente, eles querem aprovar a toque de caixa, sem nenhum debate, estas reformas que são prejudiciais aos trabalhadores. No dia 24 [de maio], vamos fazer outra mobilização, o “Ocupa Brasília”, para mostrar que somos contra esses projetos. Sabemos que na porta do Senado está uma barricada, não vamos conseguir chegar lá, mas vamos fazer muito

barulho. Se for preciso, vamos acampar na porta dos senadores”, declarou Neto, ressaltando o compromisso da Central na qualificação dos dirigentes.

“Estou feliz em ver nosso congresso; nosso compromisso é qualificar para o enfrentamento. Teremos palestras importantes que ajudarão a organizar e preparar a população, pois temos esta responsabilidade. Vamos fazer a diferença, pode até demorar, mas a paciência é a arma do revolucionário”, finalizou o presidente da Central.

A presidente da Seccional do Rio de Janeiro e secretária de Saúde da CSB, Maria Bárbara da Costa, ressaltou como o atual cenário é ideal para conscientizar as pessoas.



“O momento é difícil, eu achei que nunca veria isto. Estamos vivendo em uma ditadura velada, com retirada de direitos que foram conquistados há anos, e ainda querem falar que isso é bom. Precisamos conscientizar quem está à nossa volta, vamos levar o povo para a rua, pois a voz do povo é, sim, a voz de Deus. Se não fizermos isso, seremos engolidos. O trabalhador precisa saber o que está acontecendo e nós precisamos dele, assim como eles precisam da presença do sindicato. E nós, como dirigentes, precisamos fazer mais e ir à luta”, falou.

O lema da CSB, “Sindicatos fortes, Brasil mais justo”, foi lembrado pela vice-presidente da Central Lygia Sampaio, que pregou a união dos sindicatos. “O trabalhador precisa do sindicato, não vão conseguir acabar com eles. Precisamos nos unir, precisamos ajudar aquele sindicato menor. Se não defendermos nossos parceiros, quem fará isso?”, questionou a dirigente, que também é presidente do Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro (SINDICONT-Rio).

O vice-presidente da CSB Antonio Jorge Gomes lembrou a importância do presidente de honra da entidade, Luiz Sergio da Rosa Lopes, falecido em novembro do ano passado, para a criação da regional no Rio de Janeiro.

“As palavras do discurso da companheira Bárbara foram razões e emoções, e realmente não podemos esquecer o nosso grande exemplo, Luiz Sérgio. Parabéns também as mulheres por participarem deste movimento”, declarou.

Secretário dos Trabalhadores Autônomos da CSB, Antonio Fernandes da Silva acredita ser injusta a posição do governo em relação às reformas. “A situação está difícil, mas como trabalhador não posso ser a favor do que está acontecendo. Precisamos de ajustes, mas precisa ser tudo em cima do trabalhador? Por que não acabamos com as mordomias destes políticos?” questionou.

O presidente do Sindicato dos Empregados de Edifícios de Niterói (Seen), José Juvino da Silva Filho, reafirmou a importância do congresso da CSB para enfrentar o momento complicado, em especial a reforma trabalhista.

“Se esta reforma trabalhista for aprovada, nem precisamos mais debater a Reforma da Previdência, pois não haverá mais emprego, ainda mais se somarmos a terceirização. Esse congresso é muito importante, nele vamos tirar condições para enfrentar este

momento. Tudo que foi construído vem do nosso trabalho e não pode ser tratado desta forma”, disse.

Unidade Sindical

Convidado para compor a mesa de abertura, Ronaldo Leite, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), defendeu a unidade das centrais sindicais.

“As reformas são duros ataques que nossa classe trabalhadora vem sofrendo. Precisamos da unidade das entidades sindicais, para que a gente consiga lutar contra a batalha que temos pela frente. A unidade está sendo construída, e esta unidade é que não permitirá a retirada dos direitos. A partir de eventos como este, vamos construir nossa resistência”, falou Leite, que ainda citou a greve geral organizada pelas centrais e a marcha de Brasília no dia 24 de maio.

Fonte Site da CSB 16/05/2017

“O que está se fazendo é uma crueldade inaceitável”, diz Ciro Gomes sobre a agenda de retrocessos



Ex-ministro destrinchou o colapso do sistema produtivo brasileiro na abertura do Congresso Estadual do Rio de Janeiro

Encerrando a cerimônia de abertura do Congresso Estadual do Rio de Janeiro, o ex-ministro e ex-governador do Ceará, **Ciro Gomes**, apresentou aos dirigentes as características estruturais que emperram o desenvolvimento econômico do País. Para ele, são três as principais causas dos 14,3 milhões de desempregados e dos 9 milhões de trabalhadores na informalidade do Brasil. “É, disparado, o maior colapso econômico que eu conheço na minha vida de testemunha da vida brasileira”, disse o ex-ministro. “O que está se fazendo é uma crueldade inaceitável”, reiterou.

O colapso do passivo nacional das empresas é uma das causas apontadas por **Ciro Gomes** para este cenário. Segundo o palestrante, “são 40 anos de juros altos no País” travando o desenvolvimento produtivo. “O Brasil pratica a maior taxa de juros do mundo. Se a taxa de juro que o governo paga é mais alta que o lucro médio real, a economia

para”, critica Gomes, reafirmando que o País “tem uma taxa de juro muito acima da média do lucro do campo, do comercio e da indústria”. “É o grande liberalismo”, emendou.



Ciro Gomes criticou também a falta de regulação do mercado e de um planejamento estratégico. “Nunca foi o mercado o responsável por resolver a questão do desenvolvimento de nação nenhuma”, disparou. Segundo o ex-governador do Ceará, o desequilíbrio estrutural nas contas brasileiras com o mercado exterior é mais uma das causas do caos no desenvolvimento nacional. “O Brasil cometeu a estupidez de vender petróleo barato e comprar diesel caro, e tem hoje a mesma proporção na economia que tinha em 1910. Há um buraco de US\$ 124 bilhões”, apontou sobre como o desequilíbrio no dólar afeta a vida da população que depende e usufrui dos serviços.

A falência nas contas públicas é, na visão de Giro Gomes, mais um grande entrave ao crescimento da Nação. Fazendo um paralelo com índices anteriores de investimentos da União – 2% no final da ditadura e 1,75% na administração Lula –, o palestrante revelou que a taxa atual de investimento da União é de 0,4%. De acordo com o ex-ministro, esse percentual é “o menor desde a segunda guerra mundial”. “Se olharmos os estados que estão quebrados, vamos ter, somando tudo, 1,6% do PIB em investimento. O Brasil vai pagar esse ano 11% de juros para banco, e 1,6% para investir”, contestou.

Previdência

Ciro Gomes lembrou que os milhões de desempregados citados por ele poderiam estar contribuindo para a Previdência Social, bem como os trabalhadores que hoje estão na informalidade. A solução não é concentrar a reforma da Previdência na retirada de direitos, avalia o ex-governador. “Se os 14,3 milhões de desempregados mais os 9 milhões da informalidade estivessem dentro do sistema produtivo, não sealaria em ‘déficit da Previdência’”, reiterou. Para ele, a questão “não é perseguir mulheres,

trabalhadores rurais, pessoas idosas, professores, preservando privilégios”. “Porque 2% dos beneficiários da Previdência Social brasileira levam 40% do benefício”, completou.

A construção de um projeto nacional precisa ser partilhada com o conjunto da sociedade, afirma o ex-ministro. Ciro Gomes diz que é preciso “incorporar esse projeto na imaginação da liderança comunitária, acadêmica e da liderança política”. “Vamos lutar para restaurar a democracia e apostar que esse país tem tudo para resolver o seu problema”, concluiu, parabenizando a CSB pela sua trajetória no movimento sindical e convocando o sindicalismo brasileiro a restaurar sua vinculação com a causa dos trabalhadores a fim de negociar a agenda real da sociedade.

Fonte Site CSB 17/05/2017

FOTOS DOS DIRIGENTES DA FEDCONT E SINDICATOS FILIADOS A FEDCONT RJ, ES E BA PRESENTES NO VIII CONGRESSO NACIONAL DA CNPL – Rumos e Metas 2017/2020





Da esquerda para direita : Egberto de Jesus Bastos (secretário Fedcont RJ, ES e BA), Mauro Aurelio Moura (Pres. Sindicont-ba) , Sandra Regina R.T.Maciel (Presidente Fedcont RJ, ES E BA) , Gilberto Rosa (Pres. Sind. Cont. Est. Esp. Santo) e Mario Cunha Ferreira Cunha (Pres. Sind. Cont. V. Redonda)



Marco Moura (Sindicont-ba) Sandra Regina (Fedcont RJ, ES e BA) , Mario Cunha (Sindcontvr) e Egberto de Jesus Bastos (Fedcont RJ, ES e BA)



**Sandra Regina R. T. Maciel (Pres. Da Fedcont RJ, ES e BA) ao lado
do Senador Ciro Gomes**

MOVIMENTO OCUPA BRASÍLIA: CNPL ARTICULA PARA FORTALECIMENTO DA MARCHA NO DIA 24



A reunião de Diretoria da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), realizada nessa segunda-feira, dia 15 de maio, foi marcada por forte articulação conjunta para combater o crítico cenário de retirada de direitos do país. Além de fortalecer a luta dos trabalhadores, no dia 24 de maio, no Movimento Ocupa Brasília (MOB), os dirigentes sindicais se comprometeram em intensificar a reivindicação junto aos parlamentares nos estados e no Congresso.

Os dirigentes sindicais se comprometeram em reforçar a convocação junto aos profissionais liberais das respectivas categorias nos estados, para combater a aprovação das “Reformas” Trabalhista (PL 6.787/16) e Previdenciária (PLC 38/17), em tramitação. Além do ato público no dia 24 de maio, serão criados Comitês de Trabalho Parlamentar para abordagem aos deputados, senadores e também parlamentares locais da mesma base partidária.

Seguindo a linha de deliberações do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) também serão apresentadas emendas para contribuir na redação das pautas em tramitação, conforme pleito da classe trabalhadora. A proposta é garantir a preservação da atual proteção socialmente estabelecida na legislação trabalhista e previdenciária. As deliberações também incluem a denúncia formal aos órgãos internacionais sobre os diversos prejuízos que as reformas do governo e a terceirização causarão aos trabalhadores.

A Diretoria também aprovou, por unanimidade, a criação de comunicação padrão com destaque para os impactos das reformas. A proposta é estimular o compartilhamento do material em todos os meios digitais para, de fato sensibilizar o trabalhador sobre a realidade das propostas do governo.

Segundo a Diretoria da CNPL, não serão poupados esforços contra o retrocesso social. Mais uma vez, a Confederação reafirma o compromisso de trabalho com os profissionais liberais e garante que a proteção social do trabalhador sempre foi e sempre será a principal bandeira de luta das entidades sindicais. E em nenhum momento a luta em prol do financiamento das entidades sindicais irá sobrepor à defesa pelos direitos da classe trabalhadora.

Fonte Site CNPL 16/05/2017

Reforma é retrocesso nos direitos trabalhistas, afirma presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros



Ao participar de sessão temática do Senado sobre a reforma trabalhista ([PLC 38/2017](#)), nesta terça-feira (16), o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antônio Neto, disse que o setor patronal brasileiro “banca uma proposta de retrocesso nos direitos trabalhistas e sociais, chancelada na Câmara dos Deputados com uma rapidez jamais vista na história”. O sindicalista acusou o governo e as entidades patronais de tentarem “vender” para o trabalhador o oposto do que representa a reforma trabalhista.

O presidente da CSB afirmou que a reforma representa a troca dos contratos de trabalho por sistemas precários e a substituição da negociação coletiva pelo acordo individual. Para ele, trata-se da “devastação do Direito do Trabalho”.

A essência da reforma, na avaliação do sindicalista, é “o fim da carteira assinada e dos direitos trabalhistas”. Para ele, “não é à toa que mais de 60% dos trabalhadores, mesmo sem saberem a fundo o conteúdo dessas propostas, são contra ela”. O sindicalista afirmou ainda que metade dos trabalhadores defende a manutenção da contribuição obrigatória para suas entidades, como apontou pesquisa Datafolha.

Entretanto, o sindicalista advertiu que “o povo está sensível e não perdoará tamanha traição”. Segundo ele, os esclarecimentos feitos pelos sindicatos e por suas bases nas redes sociais “estão conseguindo superar o poder das mentiras”.

– Aprovar esses temas prejudiciais para os trabalhadores a toque de caixa não irá esconder o mal que eles promoverão. O povo sentirá, ao se aposentar, ao ter o seu salário reduzido, ao ter o seu emprego cortado para a contratação de um temporário, terceirizado, o intermitente, ao ter a sua vida transformada – disse o presidente da CSB.

Fonte: Site CSB 16/05/2017

DIRETORIA DA CNPL TOMA POSSE NA ABERTURA DO VIII CONGRESSO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS



A Diretoria da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) tomou posse, nessa terça-feira, dia 16 de maio, em Brasília/DF, para gestão 2017-2020. A solenidade lotou o auditório Santa Cruz, do Centro de Convenções Brasil XXI e reuniu um leque de autoridades do Ministério do Trabalho, parlamentares, Justiça do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil, Organização Internacional do Trabalho (OIT), União Mundial dos

Profissionais Liberais (UMPL), representantes de Centrais Sindicais, confederações de trabalhadores, federações, sindicatos e um expressivo número de profissionais liberais.

O ato de posse e diplomação da diretoria marcou a cerimônia de abertura do VIII Congresso Nacional da CNPL “O Profissional Sustentável Transforma – Construindo o Futuro” para definição dos rumos e metas da entidade. Nesta edição, as diretrizes serão subsidiadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os itens elencados nessa agenda, estão previstas ações relacionadas à igualdade de gênero, crescimento econômico, investimento em educação, trabalho decente, industrialização, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, entre outras iniciativas.

A preocupação com o caminhar das “contra reformas”, que caracterizam desmonte, conduziu todos os pronunciamentos para o fortalecimento da luta unificada por um bem maior: os trabalhadores. O presidente da Confederação, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, reforçou o importante papel da entidade frente ao crítico cenário de retrocessos do Brasil e reiterou o compromisso assumido junto aos mais de 15 milhões de profissionais liberais em todo o país. “Acreditamos que as diretrizes e metas da gestão, alicerçadas a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, irão contribuir para a responsabilidade individual dos profissionais liberais, como agentes de transformação no âmbito social, sustentável, político e de trabalho”, ressaltou. Para o presidente reeleito da CNPL, a temática escolhida para o Congresso da entidade se encaixa perfeitamente nas profundas transformações que vêm ocorrendo, ao redor do mundo nas questões de trabalho e emprego e também nos meios e formas de produção, o que exige que os trabalhadores não só repensem, como também se adaptem à realidade dos novos tempos. “Os trabalhadores, em maior escala, devem se conscientizar que esse planeta é o nosso lar e que devemos tratá-lo com muito respeito e carinho. Dele depende a nossa vida e dos nossos dependentes e, portanto, devemos rever, aprimorar e implantar práticas de trabalho e produção de bens e serviços em consonância com a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente”, pontuou.

Para a Diretoria da CNPL, entre o primeiro Congresso e este que se inicia, deu-se em um cenário político e social permeado por uma crise intermitente. “Quando da realização do VII Congresso, em junho de 2013, tivemos o país convulsionado pelas manifestações que levaram milhões de brasileiros às ruas exigindo mudanças de gestão, moralidade e governança. Como sabemos, de lá para cá, a situação deteriorou-se ainda mais e o que era crise transformou-se em caos, com o esfacelamento do estado brasileiro em todos os níveis. Mesmo assim, foi um período muito positivo da CNPL, pois pudemos exercitar na plenitude o trabalho de representação dos profissionais liberais, ampliando conquistas e lutando pela consolidação dos direitos”, destacou Azevedo.

Trabalho de conscientização

Para o presidente da CNPL, essa nova gestão tem a responsabilidade de não só se opor, como também conscientizar os trabalhadores e a sociedade em geral sobre as reformas estruturais que estão sendo implementadas pelo governo federal em cumplicidade com o parlamento. “Vivenciamos um momento turbulento e de transição onde se destaca a falta de confiança da sociedade nas principais instituições do País. Por conta disso, acreditamos não ser a hora nem o momento de que os que hoje ocupam o poder de forma transitória venham a apresentar reformas estruturais, quaisquer que sejam, vindas de uma base política sem qualquer representatividade ou apoio popular, principalmente por estarem sendo impostas de forma unilateral, autoritária, sem nenhum tipo de diálogo, trazendo tão somente retrocesso e prejuízo para a população”, explicou

No entendimento da CNPL, essas reformas trazem em seu bojo a desigualdade trazem em seu bojo a desigualdade, a iniquidade e a desonestidade por estarem sendo

apregoadas como o bálsamo para todas as mazelas da vida nacional, tanto no campo da política, na esfera econômica, quanto nas relações e emprego. Para a Confederação, os poderes constituídos, em todos os níveis, antes de exigirem ou imporem sacrifícios à população e aos trabalhadores em particular, deveriam cortar na própria carne, enxugando a máquina pública, cortando privilégios e mordomias, tapando o ralo por onde escorrem o desperdício e a má gestão dos recursos, aliada com a praga da corrupção. Além disso, a CNPL entende que a falta também aos gestores governamentais se municiarem da devida coragem para realizar o enfrentamento com notórios e poderosos sonegadores com o intuito de 'repatriar' esse dinheiro devido à população brasileira.

O toque de unanimidade contrária a imposição pelo governo das reformas em questão foi dado pelo deputado federal, Marco Maia (PT-RS), oriundo do movimento sindical e ex-presidente da Câmara dos Deputados, que proclamou em alto e bom som sentir-se envergonhado com o fato de o Congresso Nacional trair a classe trabalhadora e a sociedade brasileira com medidas que impactarão negativamente em suas vidas. "Em quatro mandatos como membro do parlamento brasileiro, é a primeira vez que presencio um cenário de precarização dos direitos trabalhistas. Nem na época da ditadura militar, havíamos presenciado forte tentativa de transformação do Brasil em um país de escravos, como agora. É inaceitável aceitar um Congresso que queira acabar com a aposentadoria da classe trabalhadora. Não faz sentido retroceder direitos já conquistados. Tenho convicção que o trabalho da CNPL irá contribuir para reverter a atual situação do país", completou.

Fonte Site CNPL de 18/05/2017

PARLAMENTARES PEDEM DIRETAS: 'CONGRESSO NÃO TEM MORAL PARA ELEGER PRESIDENTE'

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirma que eleições indiretas não vão diminuir a instabilidade política que se instalou no país. Damous afirma que cenário é "muito grave"

por Redação RBA publicado 18/05/2017 11h43, última modificação 18/05/2017 13h57
MÍDIA NINJA



PEC das eleições diretas está parado na CCJ da Câmara dos Deputados desde o dia 1º de junho de 2016

São Paulo – Em entrevistas à **Rádio Brasil Atual**, hoje (18), parlamentares afirmam que a saída para o fim da instabilidade política, após as denúncias contra Michel Temer, é a convocação de eleição direta para a Presidência da República.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirma que eleições indiretas não vão diminuir a instabilidade política que se instalou no país. "Não é uma ação da oposição do governo Temer, é uma movimentação de todos aqueles que querem defender a

democracia. Será que uma eleição indireta pacificaria o país? De jeito nenhum. Só há uma forma de resolver o problema: chamar a população. A gente pode mudar a Constituição, porque fazer uma eleição direta para a presidência da República é uma necessidade objetiva do Brasil."

O deputado federal Wadih Damous (PT-RJ) afirma que o cenário é muito grave e que não tem precedentes. Ele diz que o Congresso Nacional não pode continuar funcionando normalmente. "A única coisa que deve tramitar aqui é a proposta de emenda à Constituição (PEC) das eleições diretas, que é a solução institucional para sair dessa crise. Não se pode aceitar que um Congresso desmoralizado, com alto índice de banditismo, eleja o sucessor de Michel Temer. Isso só aprofunda a crise."

Em seu Facebook, o deputado federal Jean Wyllys (Psol-RJ), afirmou que a expectativa também é de renúncia, com eleições diretas. Caso o contrário aconteça e seja convocadas eleições indiretas, o parlamentar considera que será "um novo golpe". "As grandes corporações querem a eleição indireta para criar um falso clima de normalidade e as reformas continuarem sendo votadas, pois interessam a eles. A única maneira para colocar o país nos trilhos e voltar à normalidade democrática é devolvendo a soberania ao povo. É o povo que deve decidir o novo programa de governo."

Ele também criticou a possível saída de partidos da base governista, como PSDB e PPS. "O PMDB e o PSDB, os dois partidos que articularam o impeachment de Dilma e deram o golpe na democracia, foram desmascarados. Os parlamentares do PSDB e PPS se reúnem para discutir sua saída. Eles têm que afundarem junto com o governo que ajudaram a construir."

A PEC é de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ). O texto está parado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) desde 1º de junho de 2016, quando Esperidião Amin (PP-SC) foi escolhido relator. A proposta determina a realização de eleições diretas até seis meses antes do final do mandato, caso a presidência fique vaga.

Fonte :Rede Brasil Atual 18/05/2017

Centrais sindicais publicam jornal unificado convocando os trabalhadores para a Marcha de 24/05 contra as reformas

**REAJA AGORA
OU SEUS DIREITOS VÃO ACABAR!**



**ELES QUEREM
DESTRUIR OS DIREITOS
TRABALHISTAS E A
APOSENTADORIA
24/05 - #OcupeBrasília**



Material conscientiza a sociedade e desmitifica os argumentos do governo sobre as reformas as reformas trabalhista e previdenciária

As centrais sindicais produziram um jornal unificado para conscientizar e mobilizar a população contra as reformas da Previdência e trabalhista. O material, que será distribuído por todo o País, desmistifica os principais argumentos do governo para aprovar os retrocessos trabalhistas e faz parte das ações de preparação do movimento sindical para a Marcha das centrais em Brasília no dia 24 de maio.

No último dia 10, a CSB convocou seus sindicatos e federações filiadas a organizarem suas caravanas até a capital federal para protestar contra as reformas e pressionar o Congresso Nacional contra a aprovação das propostas que destroem os direitos trabalhistas e a aposentadoria.

Fonte Site da CSB 16/05/2017

FILIADA A:

